

DA ORIGEM INGLESA DOS ALMADAS: GENEALOGIA DE UMA FICÇÃO LINHAGÍSTICA *

por
CARLOS GUILHERME RILEY

Em 1641, logo após a Restauração, D. Antão de Almada é enviado por D. João IV como chefe de uma embaixada ao Rei de Inglaterra e, na carta a este dirigida, o monarca português frisa que « me pareceo enviar a V. Mgde. por meus embaixadores a D. Antão de Almada do meu concelho que tem origem da antiga nobreza de Inglaterra »¹.

Por meados do século XVII já se via assim consagrado, e pela boca do fundador da dinastia de Bragança, um dos

* Este texto é a versão refundida de uma comunicação apresentada ao *Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor* (Porto, 15 a 18 de Outubro de 1986) e publicado nas suas respectivas *Actas* (Faculdade de Letras do Porto, Instituto de Estudos Ingleses, 1988, pp. 161-171) com o título de « A Inglaterra como espaço de projecção da memória e imaginário linhagísticos da família Almada: em torno de Álvaro Vaz de Almada e da narrativa dos Doze de Inglaterra ». A esse primitivo texto da comunicação foram entretanto acrescentadas e desenvolvidas numerosas notas no ano seguinte que, sem alterarem a sua primitiva redacção lhe conferem, contudo, conteúdo significativamente diferente, e daí o agora aqui publicarmos com outro título.

¹ Conde de Almada, *Relação dos Feitos de Dom Antão d'Almada*, Lisboa, 1940, p. 42. Esta carta de D. João IV a Carlos I de Inglaterra (Museu Britânico. State Papers Office — Portugal — Maço 4, n.º 120) é datada de Lisboa 22 de Janeiro de 1641 e encontra-se reproduzida em fac-simile na obra citada, pp. 42-43.

aspectos mais prezados da memória linhagística dos Almadás: a origem inglesa da família. Situação a diversos títulos peculiar porque, primeiro, é o próprio rei português a corroborar a componente imaginária que molda o mito fundacional dos Almadás e, segundo, porque esse aspecto particular da sua tradição linhagística era, à altura, de uma extrema modernidade.

Efectivamente, o primeiro autor a referir a raiz inglesa da família terá sido Duarte Nunes de Leão na *Primeira Parte das Crónicas dos Reis de Portugal*² cuja primeira edição data, precisamente, de 1600. Nela se lê, e nela terá porventura lido D. João IV, o seguinte:

« Entre aqueles fidalgos da armada (refere-se o cronista aos cruzados do Norte da Europa que auxiliaram D. Afonso Henriques na tomada de Lisboa), os que erão Ingleses se contentarão do sitio da Almada, que lhes el Rei deu (...). Destes se cree, que erão os fidalgos que especialmente se appellidarão de Almada. E assi parece que os daquela família com alguma lembrança de seus passados serem Ingleses, quando sairão do reino a buscar honra pelas armas, sempre se inclinarão mais ao reino de Inglaterra, como patria originária, como Ioam Vaaz de Almada, que fez grandes feitos de armas em Inglaterra, per que ganhou muita honra, e a ordem de Garrotea, e Dõ Alvaro Vaaz de Almada seu filho, que depois de muitos feitos honrosos, que fez em Inglaterra, ganhou a mesma ordem »³.

Detenhamo-nos sobre esta passagem que tudo indica constituir a base fundamental da ficção linhagística que, de 1600 em diante, envolve a memória familiar dos Almadás, para procurarmos pôr em evidência os seus aspectos mais significativos. Note-se, primeiro, que o fundador inglês da linhagem é contemporâneo de Afonso Henriques, ou seja, da fundação da nacionalidade portuguesa e da conquista definitiva de Lisboa

² Sobre Duarte Nunes de Leão (n. 15.; m. 1608) e esta sua obra que conhecerá duas edições no século XVII, veja-se Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, tomo I, Coimbra, 1965, pp. 736-38.

³ Duarte Nunes de Leão, *ob. cit.*, tomo I, Lisboa, 1774, pp. 127-28.

aos mouros. Desta forma o antepassado inglês dos Almadás, além da origem estrangeira, conferia à linhagem uma outra característica; a da ancestralidade, a de ser tão antiga como Portugal⁴. Repare-se nesta trama imaginária que, vulgarizada a partir da dinastia de Bragança, projecta nos primórdios da dinastia de Borgonha a origem de uma família cuja estruturação linhagística e tradições de fidalguia não vão mais além do advento da dinastia de Aviz e, sobretudo, assinala-se o facto de nessa trama se encontrarem candentes quer o modelo do *antepassado mítico*, posto em evidência por Georges Duby na literatura genealógica dos séculos XI-XII⁵, quer o arquétipo do *fundador vindo de fora*, de que nos fala Gilbert Durand na sua análise dos mitologemas que compõem a história portuguesa⁶.

⁴ Uma análise da literatura genealógica portuguesa dos séculos XIII-XIV revela precisamente o contrário. Embora Felgueiras Gayo, por exemplo, observe que « Não fas menção nem o Livro Antigo das Linhagens, nem o Conde D. Pedro dos Almadás sendo elles tão antigos como este Reyno » (*Nobiliário das Famílias de Portugal*, tomo II, Braga, 1938, p. 35), isso não o impediu de situar a origem da família num cavaleiro inglês que era mestre de campo de Guilherme de Longa Espada. Acrescente-se que, já muito perto dos nossos dias, esta falsa antiguidade dos Almadás era ainda surpreendentemente mantida por um Académico de nomeada, como Afonso de Dornellas, que não hesitava em afirmar que « durante oito séculos, a história ocupa-se permanentemente desta família ». *Os Almadás na História de Portugal*, Lisboa, 1942, p. 7.

⁵ « (...) l'intervention des légendes, la contamination que subissent alors les textes généalogiques de la part des oeuvres de divertissement et d'évasion dans l'imaginaire, se trouvent encore à l'origine de la modification la plus remarquable qui affecte au XII siècle les généalogies: l'invention d'ancêtres mythiques. Les auteurs de ce temps, je l'ai dit, s'efforcent de pousser plus haut dans le passé la racine du linage ». Georges Duby, « Remarques sur la littérature généalogique en France au XI et XII siècle », in *Hommes et Structures du Moyen Âge*, Paris, Mouton, 1973, p. 296.

⁶ De entre as várias evidências que este autor nos dá do arquétipo do *fundador vindo de fora* ao nível do imaginário colectivo da história portuguesa, tal como, por exemplo, nos aparece reflectido nos *Lusíadas*, cumpre-nos destacar a que se relaciona com a fundação da dinastia e nacionalidade portuguesa: « Henrique segundo filho de um Rei de Hungria (na realidade,

Evidenciemos, em segundo lugar, o acoplamento tardio deste mito fundacional à memória linhagística. Efectivamente, nem as poucas evidências que chegaram até nós da literatura genealógica do século XVI⁷ o registam, nem o testemunho directo de um membro da família, o filho primogénito do

Borguinhão) recebe do rei de Castela as terras portuguesas e a própria filha do rei, Teresa. É o filho deste « húngaro » que conquista Lisboa, Lisboa ela própria fundada por um estrangeiro (...), Ulisses». Gilbert Durand, «O Imaginário Português e as Aspirações do Ocidente Cavaleiresco», in *Cavalaria Espiritual e Conquista do Mundo*, Lisboa, I.N.I.C., 1986, p. 12. Curiosamente, já em período anterior ao século XVI se nota a presença deste arquétipo na memória familiar dos Fonecas-Coutinhos que, também eles, projectam em dois húngaros o mito fundacional da linhagem: « quando ElRey D. Affonso Henriques, o primeiro Rey de Portugal, comessou a ganhar estes Reinos de Christãos aos Mouros que se ssou isto por todos os Reinos vinhão de muitas partes gentes a ajudar a dita conquista por salvar suas almas e ganhar honrra. Neste tempo acertarão de vir a dita conquista dous gentis mancebos fidalgos ungaros, ambos irmãos e hũ delles se chamava D. Payo da Fonseca e outro D. Pedro Rodrigues da Fonseca ». Extracto da *Lembrança que Álvaro Ozório da Fonseca, senhor da vila de Figueiró da Granja, deixou a seus filhos*, publicada por Manuel Rosado Marques de Camões e Vasconcelos sob o título « Uma relação genealógica do século XV », in *Armas e Troféus*, II Série, Tomo I, 1959, pp. 52-57.

⁷ No *Livro de Linhagens do Século XVI* (ed. da Academia Portuguesa da História, 1956, p. 347), o título dos *DAlmada e DAbranches* inicia-se com Joane Annes dAlmada que teria vivido no decurso dos reinados de D. Pedro e D. Fernando. Tudo indica que os registos genealógicos sobre este personagem estejam envolvidos em alguma confusão, pois, por um lado, é impossível que ele tenha atingido a idade de « cento e dezanove annos », numa época em que ultrapassar os setenta anos já era feito digno de nota, (veja-se Robert Delort, *La Vie au Moyen Âge*, Ed. du Seuil, 1981, p. 55) e, por outro, a informação de que a linhagem dos Almadas remontava, por linha de varonia, a este personagem — ideia sistematicamente repetida em todos os registos genealógicos sobre a família — é desmentida por uma carta de confirmação da doação de um casal em Alcolena (Chancelaria de D. Duarte, 7 de Janeiro de 1434), no reguengo de Algés, a Álvaro Vaz de Almada « tal como fôra doado a seu avô materno, Joane Anes, por carta de 1379, Junho, 3, e confirmado a seu pai, João Vasques Almada, que o houvera do dito Joane Anes, seu sogro, por carta de 1389, Maio, 23. » J. M. Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, Suplemento ao vol. I, 1944, p. 488.

próprio Álvaro Vaz de Almada, em carta escrita por volta de 1464⁸, dá dele qualquer sinal. Aliás, o que transparece deste curioso documento é a preocupação de João de Almada demonstrar que os foros de fidalguia não foram adquiridos em tempo, e por via, de seu pai, remontando, antes, à terceira geração familiar e ao seu bisavô Vasco Lourenço de Almada, privado do rei D. Fernando. Acrescente-se, ainda, que o suporte da consciência linhagística de João de Almada é constituído, como ele próprio o diz, pelas crónicas do reinado de D. Fernando e D. João I⁹, não assentando, portanto, no quadro da literatura genealógica portuguesa dos séculos XIII-XIV.

Por último, queríamos chamar a atenção para o relacionamento que o cronista estabelece entre a origem dos Almadas e os feitos cavaleirescos praticados em Inglaterra por dois membros dessa família na primeira metade do século XV. Essa relação torna-se tanto mais interessante quanto tudo indica ter sido por via de João e Álvaro Vaz de Almada, que se introduziu aquilo que chamaremos de componente inglesa da memória familiar. Essa componente, que se teria caracterizado historicamente pelo serviço prestado por duas gerações de Almadas à Coroa inglesa no contexto final da Guerra dos Cem Anos, foi, quase dois séculos volvidos sobre os eventos que lhes conferiam o seu prestígio cavaleiresco, retroprojectada imaginariamente no mito fundacional da família.

⁸ Esta carta situa-se no âmbito da *correspondência de batalha* trocada entre Menaut de Beaumont e João de Almada na Catalunha. Cf. Martín Riquer, *Vida Caballeresca en la España del siglo XV* (Madrid, 1965, pp. 72-74). Sobre a presença deste cavaleiro português na Catalunha, veja-se Luís Adão da Fonseca, *O Condestável D. Pedro de Portugal* (I.N.I.C., 1982, p. 325) e a bibliografia aí indicada.

⁹ « No havéys leydo la crónyca del rey don Johan de Portugal, de gloriosa recordación, por la mano del qual mi avuelo fue fecho el primer cavallero en la batalla onde el dicho rey venció al de Castilla. E assí mesmo avés ignorado la crónyca del rey Fferrando de Portugal, del qual mi bisavuelo fue mayordomo e consejero. » Martín Riquer, *Caballeros Andantes Españoles*, Madrid, Espasa-Calpe, 1967, p. 152.

Lançados os diversos termos deste enredamento linha-gístico, procuremos agora levantar, uma a uma, as escamas imaginárias sobrepostas ao núcleo histórico que enquadra o momento fundacional do prestígio e tradições desta família.

Começando pelo princípio, vamos tentar definir a tipologia social desta família nos finais do século XIV, partindo do primeiro Almada de que possuímos uma evidência documental segura, e tanto mais segura quanto se trata de um testamento pelo qual Vasco Lourenço de Almada, o tal bisavô que a memória de João de Almada alcançava, institui um morgado para os seus descendentes directos¹⁰.

Este Vasco Lourenço de Almada, que a memória familiar enaltecia como mordomo e conselheiro do rei D. Fernando, teria sido um dos membros proeminentes da oligarquia urbana de Lisboa, e a sua proximidade com o poder real decorria, certamente, mais da posição que ocupava na esfera económica do que da fidalguia do sangue que lhe corria nas veias. Seria ele, ou o sogro de seu filho, um dos cidadãos abastados de Lisboa que, insistentemente, reclamaram ao rei a construção da cerca fernandina da cidade; preocupação típica do burguês que

¹⁰ A notícia deste testamento chegou até nós por uma transcrição de Lousada, que reza o seguinte: « No cartório de Jorge de Penalva, escrivão das capellas, hospitaes e albergarias de Lisboa, achei a instituição da capella que fez Vasco de Almada. Diz assi: Saibão todos que na era de 1421 (isto he anno de 1383) aos 29 dias de mayo, na cidade de Lisboa, nas pousadas da morada de Vasco Lourenço de Almada, presente mym Estevão Anes tabalião del El Rey na dita cidade e testemunhas adiante escritas, o dito Vasco Lourenço, jazendo em cama, de dor que lhe Deos deo, em todo seu sizo e entendimento dixeu (...) que todo o residuo e o al que fiqasse da 3^a de raiz, que o leixa por morgado, por esta guisa: Que o haja em dias de sua vida João Vaz, seu filho (...) E morto o dito João Vaz mandou que o dito morgado aja de aver e possuir o seu primeiro filho varão lidimo que houver, e se filho não houver haja de haver a sua filha mayor e asy pola linha dereyta descendendo primeiro aos baroens e depois ás femeas. » *Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos de Brandões. Livros dos bens próprios dos Reis e Rainhas*, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, pp. 223-24.

possuía casas na parte mais rica e exposta da cidade¹¹, preocupação elementar e prosaica de defesa perante a iminência de uma guerra que cada vez menos se ganhava, ou perdia, a golpes de espada¹². É pois em torno deste homem, tão estranho às representações cavaleirescas a que se encontrariam mais tarde associados outros elementos da família, que podemos situar com relativa segurança o início da estruturação linhagística dos Almadas.

O filho deste comerciante de Lisboa, herdeiro do morgado de Almada, encontrará nas guerras joaninas contra Castela e, sobretudo, no firme apoio que desde a primeira hora demonstra ao Mestre de Aviz¹³, a via de acesso à fidalguia que, simboli-

¹¹ « Em ordenando el-rrei estas cousas (...) começou de cuidar no mall e dano que o poboo da cidade avia rrecebido per duas vezes dos castellãos, e como espicialmente ouverom gram perda os moradores de fora da cerca em grandes e fremosas casas e muitas alfayas e outras rriquezas que levar nom poderom consigo quando el-rrei de Castella veo sobre ella: e esto porque muitas das mais rricas gentes moravom todos fora, em huũ grande e espaçoso arravalde que avia arredor da cidade. » Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, ed. Macchi, 1977, cap. LXXXVIII, p. 307. Embora a crónica não faça qualquer referência ao envolvimento dos Almadas na construção da cerca fernandina de Lisboa, Cristóvão Alão de Moraes diz que « por seu cons^o (de Joanne anes de Almada) cercou El Rei D. Fr^{do}. de muros a Lisboa na era de 1373 a qual acabou em tres annos », *Pedatura Lusitana*, tomo III, vol. II, pp. 7-8. Neste nobiliário João Anes de Almada é, erradamente, dado como pai de Vasco Lourenço de Almada e instituidor do morgado da família.

¹² « Gentes, muralhas e dinheiro — eis o que aos olhos dos burgueses detém não só o primado como até a exclusividade do interesse em guerra defensiva. São essas três as únicas coisas valoradas em matéria militar num discurso « pronunciado » em tempo de guerra aberta. (...) Estes valores militares dos burgueses indiciam um modo de pensar a guerra que não é o dos senhores ». Armindo de Sousa, « O Discurso Político dos Concelhos nas cortes de 1385 », in *Revista da Faculdade de Letras — História*, II Série, vol. II, Porto, 1985, p. 35.

¹³ Como se depreende, entre outras evidências, de uma mercê que o Mestre de Aviz lhe faz ainda enquanto Regedor do reino — « Quitou para sempre a João Vaz de Almada o foro de umas casas à Correaria de Lisboa, as quaes forão aforadas a seu pay João Vasco Lourenço de Almada, Lisboa, 17 de Outubro (1384) ». Fr. Manoel dos Santos, *Monarchia Lusitana*, Tomo VIII, pp. 622-23.

camente, podemos retratar no momento em que D. João I o arma cavaleiro em Aljubarrota¹⁴. Sobre este cavaleiro, João Vaz de Almada, já começam a abundar as referências tanto nas fontes documentais como literárias, e é com ele que se parecem ter inaugurado as ligações dos Almadadas a Inglaterra, embora devamos ressaltar que, no âmbito de uma família lisboeta ligada ao comércio marítimo, não seria de estranhar que já houvesse uma familiaridade prévia entre alguns dos seus membros e o reino inglês¹⁵.

Seja como for, é de João Vaz de Almada que possuímos evidências documentais de estadias em Inglaterra; primeiro, como embaixador de D. João I para tratar do casamento da Infanta D. Beatriz com o Conde de Arundel¹⁶ e, segundo, na sua possível qualidade de comerciante, ou armador, a adquirir 400 lanças, isentas de imposto pelo rei inglês, destinadas a D. João I e, presumivelmente, à conquista de Ceuta¹⁷. Que eram significativos os contactos de João Vaz de Almada com a camada mercantil e financeira inglesa, e que ele próprio se enquadrava nesse domínio, comprova-o uma carta de D. João I em que este ordena o pagamento de avultada dívida contraída pela Coroa junto de alguns mercadores londrinos, e na qual João Vaz de Almada se encontrava envolvido¹⁸.

¹⁴ Cf. Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, ed. Entwistle, Lisboa, 1977, p. 89.

¹⁵ Veja-se Armindo de Sousa, *ob. cit.*, pp. 38-39.

¹⁶ Cf. Fernão Lopes, *ob. cit.*, vol. II, p. 458.

¹⁷ Cf. *Monumenta Henricina*, vol. II, pp. 94-95.

¹⁸ Carta de 22 de Agosto de 1404 pela qual D. João I manda pagar 846 nobres a Tomaz Godim, mercador de Londres. Este mandado de pagamento reporta-se ao empréstimo de 1.324 nobres feito por mercadores londrinos a D. João I, de que foram intermediários os seus embaixadores a Inglaterra, Lourenço Anes Fogaça e Fernando Afonso de Albuquerque. Entre outras quantias, o rei manda descontar a esta dívida 200 nobres que Tomaz Godim mandou pagar a João Vasques de Almada « em que lhe eramos deuedor / os quaaees lhe nos mandamos pagar per nossa carta / ». Cf. J. M. Silva Marques, *ob. cit.*, Suplemento ao vol. I, p. 452.

A esta ligação com Inglaterra e os meios mercantis londrinos, não seria certamente estranha a posição que os Almadas pareciam deter no domínio náutico. Recorde-se que a partir de João e Álvaro Vaz de Almada, o cargo de capitão-mor do reino foi-se transmitindo dinasticamente no seio desta família até ao reinado de D. Sebastião¹⁹, e que frequentes vezes, na primeira metade do século XV, João Vaz de Almada e seus filhos nos surgem a capitanear galés incorporadas nas frotas que se dirigiam para Ceuta²⁰. Detinham, além do cargo de capitão-mor, a propriedade de algumas embarcações, como se comprova por um testemunho de Zurara sobre Álvaro Vaz de Almada, e é possível que o pinhal coutado a João Vaz de Almada no termo dessa vila por D. João I²², não estivesse exclusivamente relacionado com a preocupação deste novel fidalgo caçar lebres, ou perdizes, mas, antes, traduzisse a presença dos seus interesses no domínio da construção naval, relativamente à qual possuir madeira de pinho nas imediações de um grande porto como Lisboa era deter uma posição economicamente invejável²³.

¹⁹ «o cargo ou officio de Capitão-mór foi exercido desde o tempo de D. João I pelos primogénitos da família Almada, tendo sido o primeiro, nesse reinado, João Vasques de Almada, e o último, no reinado de D. Sebastião, D. Fernando de Almada, que tinha por este soberano sido nomeado em Évora a 25 de Agosto de 1563». Conde de Almada, *ob. cit.*, p. 76, nota 3.

²⁰ Cf. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, ed. da Academia das Ciências de Lisboa, 1915, cap. XXXVI, p. 115. Idem, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, in *Collecção de Livros Inéditos de História Portuguesa*, 1792, Tomo II, p. 452.

²¹ Cf. Idem, *ibid.*, p. 594.

²² Carta de couto passada a 17 de Maio de 1413. Cf. M. Baeta Neves, *História Florestal Aquícola e Cinegética*, Lisboa, Ministério da Agricultura e Pescas, vol. II, 1980, p. 203.

²³ «E o dicto senhor querendo lhe fazer graça e mercee lhe coutara o dicto lugar e pinhal que nom fosse nenhñũ tam ousado que lhe deuasase o dicto seu lugar e pinhal nem lhe cortase em elle lenha nem madeira (...) nem lhe

Se insistimos nestas conjecturas que, levadas ao extremo, quase nos conduziriam à caricaturização dos Almadás como *cavaleiros anfíbios*, é porque, em contrapartida, parte do que seria a sua efectiva natureza social permanece oculta sob a representação dos modelos de comportamento cavaleiresco tardo-medievais. Com efeito, Álvaro Vaz de Almada aparece-nos representado de acordo com os modelos característicos do crepúsculo cavaleiresco do século XV, e os episódios a ele associados, desde as andanças com D. Pedro pelo extremo leste da Europa, até ao pacto de morte cumprido em Alfarrobeira, passando pela participação no torneio dos Doze de Inglaterra, apresentam-se-nos conformes àquilo que George Gusdorf definiu, com rara felicidade, de figuração romântica, *avant la lettre*, do cavaleiro medieval²⁴.

Álvaro Vaz de Almada foi, de entre os membros da sua família, aquele que conheceu um maior destaque e, ao mesmo tempo, tudo indica ter sido em seu torno que se arquitectaram imaginariamente os feitos cavaleirescos dos Almadás em Inglaterra. Embora não nos seja possível estabelecer uma cronologia muito precisa dos serviços prestados por este cavaleiro à Coroa inglesa, podemos, contudo, adiantar com relativa segurança que eles se processaram no decurso das

pussem fogo». Idem, *ibid.*, p. 246. Repare-se que o documento procura sobretudo salvaguardar os interesses do proprietário relativamente à madeira do pinhal, não havendo qualquer referência explícita à actividade cinegética.

²⁴ «O romance da existência não permaneceu um fenómeno literário. Através de um prodigioso retorno, o imaginário veio parasitar o real; dar forma e sentido ao estilo de vida da classe privilegiada, no final da Idade Média (...) O romantismo triunfa nesta irrealização ou surrealização da existência que submete a realidade empírica à lei do imaginário. O epíteto «romântico» ocorre frequentemente na pena dos historiadores que não encontram outra palavra para caracterizar a sensibilidade e os costumes, os comportamentos da aristocracia nas diversas partes da Europa nos séculos XV e XVI». Georges Gusdorf, «Romantismo e Cavalaria», in *Cavalaria Espiritual e Conquista do Mundo*, pp. 199, 200.

campanhas Lencastrianas na Normandia, entre 1415 e 1450²⁵. Prova insofismável e prestigiante do reconhecimento da Coroa inglesa pela actuação de Álvaro Vaz de Almada nas guerras de França, são as cartas régias de Henrique VI que o nomeiam cavaleiro da Jarreteira e lhe atribuem o título de Conde de Avranches juntamente com uma pensão anual vitalícia de 100 marcos²⁶. Estes documentos datam de 1445 e as respectivas mercês reportam-se, também, aos bons serviços do cavaleiro português no reinado de Henrique V, o que, portanto, sugere uma relativa regularidade e dispersão nas aproximações de Álvaro Vaz de Almada a Inglaterra²⁷. Da mesma forma que a carta régia pouco adianta sobre a cronologia dos serviços, também a sua natureza não nos surge muito explícita, embora seja relativamente evidente que eles se teriam situado no domínio da guerra, ou em actividades de suporte militar, designadamente na ponte marítima que, ao longo do Canal, assegurava a ocupação inglesa da Normandia²⁸.

O que, no entanto, importa reter é, por um lado, a função prestigiante que estas mercês régias inglesas desencadearam na memória familiar dos Almadas e, por outro, a forma como a participação de Álvaro Vaz nas guerras de França parece ter sido extrapolada e estendida à pessoa de seu pai, João Vaz de Almada, e irmão primogénito, Pedro Vaz de Almada. Compro-

²⁵ Sobre este assunto veja-se C. T. Allmand, *Lancastrian Normandy. 1415-1450*, Oxford, Clarendon Press, 1983.

²⁶ As cartas régias de Henrique VI encontram-se publicadas em: Conde de Almada (*ob. cit.*, p. 8), Visconde de Santarém (*Quadro Elementar...*, Tomo XIV, Paris, 1853, pp. 203-205) e no *Panorama* (vol. XIII, Lisboa, 1856, pp. 65-67).

²⁷ « Henrique V reinou de 1413 a 1422 (...) D'aqui poderá inferir-se que Alvaro Vaz esteve ainda em Inglaterra depois que Henrique VI, contando alguns meses de idade, sucedeu a seu pai em 1422 ». Alberto Pimentel, *Um contemporâneo do Infante D. Henrique*, Porto, 1894, pp. 32-33.

²⁸ Sobre as implicações logísticas e financeiras desta ponte náutica entre a Inglaterra e a Normandia, veja-se Bernard Guenée, *L'Occident aux XIV et XV siècles*, Paris, P.U.F., 1971, p. 213.

vando estes aspectos temos, mais uma vez, Duarte Nunes de Leão, mas desta feita na *Descrição do Reino de Portugal*, a relatar-nos as proezas militares da tríade familiar na Normandia, cujo balanço, segundo o autor, se saldou pela atribuição da dignidade de cavaleiros da Jarreteira aos três Almadas. É nesta passagem que, em nossa opinião, se consagra a componente inglesa da memória e imaginário linhagísticos dos Almadas.

« João Vaz de Almada (...) tendo diferenças com Gonçalo Pirez Malafaia Regedor da casa do cível o esperou hum dia sahindo da relação e aa porta o afrontou e ferio. Polo que se foi a Inglaterra com dous filhos, conuem a saber Pedro Vaz e Alvaro Vaz de Almada homens mui esforçados, onde sendo mui bem recebidos delrei, o acompanharão na jornada que fazia a França: e foram grande causa de se tomar a cidade de Ruão entrando sob a ponte nas galés em que fizeram tantas proezas que ganharam muita honra e a ordem de cavalleria da Garrotea »²⁹.

Provavelmente o comportamento militar destes portugueses no contexto de uma guerra de cerco defensiva em que, sobretudo, se procuravam evitar batalhas campais, haveria sido tão prosaico como os motivos que os tinham levado a refugiarem-se em Inglaterra³⁰. Provavelmente não teria havido lugar para proezas cavaleirescas, no sentido individual e estereotipado do termo, numa época em que os instrumentos de arremesso e, nomeadamente, a artilharia, detinham um

²⁹ Duarte Nunes de Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, 1785, p. 312.

³⁰ Duarte Nunes de Leão, (*ibid.*, pp. 313-14) fala-nos de um outro português, natural de Lisboa, que na sequência de um homicídio se auto-exila em Inglaterra, onde se teria notabilizado nas guerras contra França. Era ele Duarte Brandão e, à semelhança dos Almadas, a pretexto da sua estadia em Inglaterra também se architectam ficções que culminam na origem antiga-inglesa dos Brandões. Cf. Villas Boas e Sampayo, *Nobiliarchia Portugueza*, Lisboa, 1754, p. 250.

significativo ascendente militar sobre a cavalaria³¹, cujo crescente obsoletismo a remetia para *jogos de guerra*; falamos das micro-batalhas ensaiadas em justas e desafios de armas junto às muralhas da cidade cercada, ou então dos grandiosos torneios, caracterizados pela reprodução cênica de uma tipologia da lide armada que a natureza da guerra do século XV havia erradicado dos campos de batalha.

Não obstante este quadro, repare-se que a morte de Pedro Vaz de Almada na refrega de Baugé, em 1421, nos é apresentada com fortes colorações cavaleirescas.

« Pedro Vaz de Almada (...) indo a França por Capitão dos ingleses encontrando com os que fugião de sua (*sic*) tornou aa batalha, e desbaratou os Franceses que levavão o corpo do Duque de Clarence irmão delrei de Inglaterra morto em hum carro, e o restituio aos seus: o qual feito de armas foi mui louvado dos Ingreses e cantado em romances seus. Da qual batalha saindo Pedro Vaz mal ferido das feridas morreo em Paris que então estava por os Ingreses »³².

A versão que Duarte Nunes de Leão nos dá da morte deste Almada, na sequência da recuperação do corpo do Duque de Clarence que, além de irmão do rei, era então o comandante das forças inglesas que ocupavam a Normandia, é significativa do reforço da componente inglesa da tradição familiar dos Almadas. Reforço que se processa no plano imaginário pois, exceptuando Álvaro Vaz, nenhum outro Almada foi eleito cavaleiro da Jarreteira³³ e, por último, o socorro heróico do corpo do Duque de Clarence era, entre os ingleses, atribuído ao Conde de Salisbury³⁴.

³¹ Cf. Charles Oman, « The Art of War in the fifteenth century », in *Cambridge Medieval History*, vol. VIII, 1969, pp. 646-659.

³² Duarte Nunes de Leão, *ob. cit.*, p. 313.

³³ Confrontem-se os dados fornecidos sobre este assunto por Francis Rogers (*The Travels of the Infante D. Pedro*, Harvard University Press, 1961, p. 34) com a falsa tradição de que os três Almadas haviam sido eleitos cavaleiros da Jarreteira.

³⁴ Cf. *The Field of Mars*, (BAUGE, Battle of), London, vol. I, 1781.

Independentemente de qual teria sido a verdadeira natureza da participação dos Almadás nas guerras de França, mas que é lícito supormos ter-se processado no domínio naval, campo em que, como é sabido, a experiência de alguns portugueses era muito apreciada em Inglaterra, o que é facto é que os serviços à Coroa inglesa foram o fundamento do prestígio dos Almadás, prestígio esse que foi amplificado por um título condal estrangeiro que poucas famílias portuguesas se orgulhavam de possuir e que rematava superiormente a meteórica enobilitação dos Almadás após 1383-85. Não seria, contudo, a pretexto do título de Avranches que se fixou e reproduziu a memória e imaginário linhagístico inglês da família Almada, pois, ironicamente, a historiografia e genealogia portuguesas sempre atribuíram a instituição desse título condal ao rei de França³⁵. Como bem fez notar Frederico Figanière, o primeiro a esclarecer o equívoco no século XIX³⁶, a manutenção desta ideia transformava Álvaro Vaz de Almada « num mercenário sem escrúpulos » que, por um lado, recebia do rei de França o título de Conde de Avranches e, por outro, do de Inglaterra a dignidade de cavaleiro da Jarreteira³⁷.

A solução deste equívoco, que se baseava no facto de os monarcas Lencastrianos se nomearem, durante a ocupação da Normandia, reis de Inglaterra e de França, não ilibava, no entanto, Álvaro Vaz de Almada do seu carácter mercenário e, neste sentido, julgamos necessário desmistificar a ideia de que tenha sido « hum dos mais insignes e famosos cavalleiros que em seu tempo houve em Europa »³⁸, pois as mercês reais

³⁵ Cf. Ruy de Pina, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, in *Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza*, 1792, Tomo I, p. 250; Cristóvão Alão de Moraes, *ob. cit.*, Tomo III, vol. II, p. 9.

³⁶ Veja-se o pequeno artigo deste autor, « Alguns documentos acerca do Conde de Avranches » publicado em 1 de Março de 1856 no *Panorama*, vol. XIII, pp. 65-66.

³⁷ *Idem, ibidem*.

³⁸ Duarte Nunes de Leão, *ob. cit.*, p. 313.

inglesas não podem ser tomadas, necessariamente, como um atestado de cavalaria. Sabendo, como sabemos, que os monarcas Lencastrianos não regateavam títulos condaís³⁹, ou a dignidade da Jarreteira, a profissionais da guerra como o aragonês Francis de Suriene⁴⁰, que, segundo o testemunho de Monstrelet, desempenhava o ofício pouco cavaleiresco de mestre artilheiro⁴¹, podemos, e devemos, considerar que a imagem de um Álvaro Vaz representado segundo o modelo estereotipado do cavaleiro andante não corresponderia bem à realidade.

Será, no entanto, em conformidade com esta imagem que veremos Álvaro Vaz de Almada associado à narrativa dos Doze de Inglaterra que, assim, consagra a notoriade cavaleiresca adquirida por este português em terras estrangeiras e que, mais ainda, introduz um aspecto suplementar na componente inglesa da memória e imaginário linhagísticos dos Almadas. Embora Duarte Nunes de Leão não aluda à presença deste cavaleiro no torneio de Londres, silêncio tanto mais significativo quanto isto não se deveria ao seu desconhecimento deste episódio cavaleiresco que, desde a primeira edição dos *Lusíadas* de Luís de Camões, se foi tão ampla e profundamente vulgarizando na memória colectiva portuguesa, o que é facto é que os nobiliários do século XVII em diante começam a reproduzir sistematicamente todas estas diversas afluências imaginárias à memória familiar dos Almadas que, recapitulando, são a origem inglesa e ancestral da família, a queda de João Vaz de Almada e seus filhos por feitos de armas em Inglaterra⁴², coroada pela atri-

³⁹ Entre 1418-19, Henrique V « awarded six counties in Normandy to his principal captains », C. T. Allmand, *ob. cit.*, p. 71.

⁴⁰ Sobre este mercenário e a sua actuação ao serviço da Coroa inglesa, veja-se Martin de Riquer, *Vida Cabaleresca en la España del siglo XV*, pp. 49-51.

⁴¹ Citado por Riquer, *ibid.*, p. 51.

⁴² Esta queda de alguns Almadas por feitos cavaleirescos em Inglaterra é, em certos autores, explicada como uma *derivação genética* da suposta origem inglesa da família: « e parece q. os desta familia, lembrados de s/ maiores, se

buição da Ordem da Jarreteira à tríade familiar, e, finalmente, o enquadramento de Álvaro Vaz de Almada no episódio dos Doze de Inglaterra.

Sobre este último aspecto pensamos que, talvez por força do peso das tradições familiares que ligavam os Almadadas a Inglaterra, Álvaro Vaz fosse tardiamente acopolado a esta narrativa cavaleiresca de inspiração cortês, não obstante o facto da mais antiga versão até hoje conhecida já registar a sua presença entre quatro dos doze cavaleiros que aí aparecem nomeados⁴³. Nada nos garante, contudo, que esse texto não fosse uma cópia, ou que mesmo o manuscrito original não representasse já a versão literária adulterada dessa tradição narrativa que, como sugere Artur Magalhães-Basto, se teria composto previamente nos circuitos da oralidade⁴⁴.

No decurso da aprofundada análise que temos estado a fazer da narrativa dos Doze de Inglaterra e dos cavaleiros portugueses que a protagonizam⁴⁵, foi-nos dado verificar que a presença de Álvaro Vaz de Almada levanta algumas contradições relativamente a dados internos ao próprio texto; primeiro, a acção narrativa desenrola-se ao longo do reinado de D. João I e as alusões feitas ao Conde de Avranches, nomeadamente o episódio da sua morte em Alfarrobeira, reme-

inclinaram sempre ao Reyno de Inglaterra como patria originaria, obrando nela maravilhosas acções ». J. L. Manso de Lima, *Famílias de Portugal*, (edição policopiada), vol. I, Lisboa, 1925, p. 317.

⁴³ « os quaes Caualeiros erão o que depois / foi conde dabranches en frança dom aluaro dalmada e alluaro gonçalvez magriço e hum pacheco, e pedromem / e outros que erão por todos doze ». A. Magalhães Basto, *Relação ou Crónica breve das Cavalarias dos Doze de Inglaterra*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1935, p. 91.

⁴⁴ Idem, *ibid.*, pp. 34,71, 75.

⁴⁵ Referiamo-nos ao trabalho de síntese que, sob a orientação do Prof. Dr. José Mattoso, entretanto já apresentámos no âmbito do cumprimento das provas académicas de capacidade científica e aptidão pedagógica — *Os Doze de Inglaterra: A Ficção e a Realidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1988.

tem-nos para o início do do seu neto, D. Afonso V; segundo, os cavaleiros que comparecem ao torneio de Londres para desagravar as damas inglesas, são explicitamente caracterizados como sendo naturais da Serra da Estrela — «daquelles logares que estão pella fralda da serra como trancoso pinhell»⁴⁶ — o que entra em manifesto desajustamento com a comprovada naturalidade lisboeta de Álvaro Vaz de Almada que, aliás, é reforçado pelo carácter reconhecidamente beirão das famílias dos outros três cavaleiros nomeados: Coutinhos, Pachecos e Homens⁴⁷.

A hipótese de uma interpolação tardia da figura de Álvaro Vaz de Almada na narrativa dos Doze de Inglaterra, seria, por um lado, conforme ao modelo cavaleiresco que envolve a memória deste afamado fidalgo e, por outro, harmonizava-se com a historicidade da sua ligação familiar à Coroa inglesa. Ligação que, no século XVII, será reprojectada no mito fundacional dos Almadas, o qual encobre de ficções ancestrais a ausência de costados ilustres na linhagem, e que, antes disso, haveria fundamentado o papel de Inglaterra enquanto espaço de reforço e suporte ao prestígio linhagístico de uma família que, não obstante tivesse adquirido, como tantas outras, a enobilitação e esporas de cavalaria nos campos de Aljubarrota, havia ensombrado mais tarde a sua memória em Portugal com o espectro do cadáver, decepado e insepulto, do Conde de Avranches nos campos de Alfarrobeira⁴⁸.

⁴⁶ Magalhães Basto, *ob. cit.*, p. 91.

⁴⁷ Seria despropositado abriremos aqui uma extensa nota sobre a origem, geografia do poder e implantação regional destas famílias (para isso veja-se o nosso trabalho atrás citado), mas, de passagem, podemos lembrar que os Coutinhos e Pachecos compõem, juntamente com os Cunhas, aquele grupo que Fernão Lopes designa de *fidalgos da Beira*, enquanto que os Homens são um ramo secundário dos Pereiras que se fixa na Beira, junto a Viseu (cf. Manso Lima, *ob. cit.*, vol. XII, Título de Homens, §§ 1 e 2, pp. 480-88).

⁴⁸ Cf. Ruy de Pina, *ob. cit.*, p. 425.